

Governo começa a ceder

A pressão da greve abriu brechas. Elas se ampliaram com nossa persistência, enfrentando todas as dificuldades e ameaças. E, finalmente, o governo começou a ceder, ainda que pouco terreno. Eis os resultados da reunião de negociação realizada na noite desta quinta-feira, entre a Condsef e o Ministro do Planejamento, com amplo apoio parlamentar que foi construído pela mobilização da categoria:

- para este ano não há recursos, por isso foi feita a proposta para a Cultura de concessão de gratificações a partir de janeiro de 2006;
- a Condsef pediu a extensão dessa proposta para

os demais setores do PCC;

- o governo se dispõe a negociar, nos mesmos parâmetros da Cultura, em audiência já marcada para o dia 15 de julho;

- o prazo para a concluir essa negociação e fechar os parâmetros de concessão de gratificação para todo o PCC é dia 10 de agosto, tendo em vista que o orçamento fecha no dia 31 de agosto;

- essas propostas valeriam para todos os setores do PCC; já Saúde-Funasa-Previdência-Trabalho continuariam com a negociação que foi iniciada;

- o governo aceita negociar a suspensão do corte do ponto - com reposição das horas de greve - e o não desconto dos



Servidores de Brasília e caravanas dos estados realizam vigília, quarta-feira, na Praça dos Três Poderes: audiência no Palácio do Planalto ajudou a ampliar as brechas para a negociação.

dias parados desde que os grevistas retornem ao trabalho em 13 de julho; a forma de compensação seria discutida nas mesas setoriais;

- no caso da AGU, não haveria desconto no próximo salário; será ne-

gociada a devolução do salário descontado da folha de junho;

- nesta sexta-feira, pela manhã, o governo está redigindo um termo de compromisso para ser enviado a Condsef.

Tanto os resultados das

negociações parciais - leia relatos no verso - quanto esses itens propostos pelo governo na reunião do Planejamento, agora serão submetidos ao conjunto da categoria e a cada Assembleia convocada pelos comandos locais de greve.

O que está "trancado" é o orçamento federal!

Em petição subscrita pelos procuradores Antonio Basso e Luiz Fernando Villares, a FUNAI acusa a greve dos servidores de "trancamento de portas" e "constrangimento" que pode ser "qualificado criminalmente". Amplamente apoiada pelos indígenas, que são o público alvo da Funai, esta é uma greve de consciência. Ela é forte e maciça porque a categoria tem dignidade e não aceita ser tratada com descaso. Se os trabalhadores e o povo tivessem "procuradores" que defendessem seus interesses, o que eles considerariam "criminosa" seria a subordinação do Brasil à política do superávit primário. E se uma verdadeira justiça fosse colocada em ação, ela sentenciaria a ruptura com essa ditadura.

Para onde vai o dinheiro

Alguns exemplos de para onde vai o dinheiro do país:

- o orçamento federal de 2005 autoriza um gasto total de R\$ 1,6 trilhão; desse total, R\$ 1 trilhão é para a amortização da dívida, equivalente a 62% do orçamento;
- os "ruralistas" levaram R\$ 3 bilhões;
- a "MP do Bem" deu R\$ 4,8 bilhões de isenções de impostos para os mais variados lobbies empresariais.

"Tudo vale a pena quando a alma não é pequena!"
Filie-se ao Sindsep-DF





AGU

A greve na AGU está no seu 38º dia em compasso de espera para uma negociação efetiva. A categoria aguarda o resultado da reunião da Condsef junto ao Ministério do Planejamento, além de ter agendado reunião extraordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanete. A presença de companheiros em greve dos estados do RJ, ES, RO, SC e PA, está servindo de ânimo para a luta pelo plano de carreira e pela reversão do corte de ponto e a reposição dos salários, arbitrariamente cortados pela AGU. Apesar da estratégia do Governo de querer derrotar o movimento pelo cansaço, a greve continua. Nos próximos dias, o Sindsep-DF entrará com agravo regimental na Justiça para suspender o corte de ponto da AGU.

Planejamento

Finalmente, os servidores do Planejamento, acompanhados pela Condsef, foram recebidos pelo secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça. Apesar da resistência dos dirigentes do órgão em relação às expectativas dos servidores da Casa, a reunião teve o mérito de, pela primeira vez, promover uma real discussão sobre as reivindicações dos trabalhadores em greve.

A equipe do governo se comprometeu a levar ao ministro o pleito de criação da Comissão Temática do plano de carreira e

dar uma resposta até esta sexta-feira (08). Quanto à GPLAN, o secretário disse que essa gratificação só poderia ser implantada junto com as solicitadas pelos servidores do PCC

dos demais órgãos, o que não é possível no curto prazo. Mais informações serão fornecidas na Assembleia de hoje, às 10h, na portaria central do bloco "C".



Fazenda

Na quarta-feira (05), o grupo de trabalho do Ministério da Fazenda, formado por representantes dos servidores e do governo, reuniu-se para a construção do Plano Fazendário. Antes, porém, o Governo entregou aos representantes dos servidores da Fazenda um documento que ratifica o acordo firmado pelo secretário-executivo da Fazenda de não haver retaliações aos servidores, por conta do movimento paredista. A conclusão do Plano está avançada em 90%, incluindo a paridade entre as tabelas. A próxima reunião está marcada para a segunda-feira, dia 11, às 15h, para a conclusão do trabalho.

Saúde-Funasa

O ministro Humberto Costa assinou um termo de compromisso pelo qual o Ministério da Saúde assume a responsabilidade de resolver os cinco itens da pauta emergencial da Saúde e Funasa. Até o fechamento deste boletim, ainda não estava assinada a proposta de extensão do índice de 47,11% aos servidores da Saúde e Funasa. Hoje, sexta-feira, será realizada assembleia para avaliação das propostas.



MEC

Os servidores da Educação realizaram na quarta-feira, dia 06, mais uma assembleia. Após os informes de praxe sobre o andamento da proposta de lei que estabelece um plano de carreira para os servidores do MEC/FNDE e INEP, deliberou-se que uma representação de servidores fosse ao gabinete do ministro Tarso Genro confirmar, em sua agenda, uma data para receber o grupo. Os servidores foram recebidos pelo secretário Executivo Adjunto, Jairo Jorge; o chefe de Gabinete, Ronaldo Teixeira e o subsecretário para Assuntos Administrativos, Sylvio Petrus. Na oportunidade, os representantes dos servidores cobraram também apoio político à causa. Ouviram dos dirigentes que o ministro estava em São Paulo e reafirmaram a disposição dele em buscar uma solução para viabilizar um plano de carreira para a Educação. Foi sugerido, ainda, que os servidores aguardassem o desdobramento da Mesa de Negociação, agendada para o dia 27, na Secretaria de Recursos Humanos do MP e, a partir daí, se necessário, a reunião será marcada. Os servidores decidiram que continuarão mobilizados até a realização da segunda mesa de negociação, e continuam confiantes no compromisso da administração do MEC em concretizar efetivamente o sonho de um plano de carreira para a Educação, aguardado há mais de 20 anos pelos servidores do órgão.

Inkra

Hoje foi assinado um termo de acordo entre o Inkra e os servidores em greve, constando que o presidente do Inkra se compromete a fazer gestões para o cumprimento das reivindicações referentes à: correções das distorções do Plano de Carreira, regulamentação da GDARA, e implantação da estrutura organizacional, o mais breve possível, e efetivação do concurso público com a contratação até dezembro de 2005 de mais 600 técnicos e o restante para 2006. Assembleias locais serão realizadas na segunda-feira, dia 11, em todos os estados em greve. Hoje é dia de festa pela celebração dos 35 anos do Inkra. Convidamos todos os demais servidores em greve para a comemoração, a partir das 19h, com apresentação da banda Kalanguetal, no estacionamento térreo do prédio do Inkra.

EXISTE DINHEIRO!

Notícias publicadas nos jornais O Globo e Jornal do Brasil mostram que existe dinheiro para os salários de setores que, normalmente, se constituem em âncora de apoio às atitudes do Governo.

Funai, Planejamento, MEC, Saúde, Funasa, AGU, Agricultura, Inkra, estamos em greve há mais de um mês, e a Cultura há três, ouvindo dos representantes do Governo que faltam recursos para atender nossas reivindicações de aprovação imediata de carreiras e reposição emergencial de 18% das perdas ocorridas no Governo Lula.

Isso é um verdadeiro contra-senso, pois o Congresso Nacional acaba de aprovar um reajuste de R\$ 19 mil para R\$ 21,5 mil para os ministros do STF, retroativo a janeiro deste ano. O impacto será de R\$ 484 milhões neste ano, já que os salários das demais instâncias do Judiciário são vinculadas aos do Supremo. No orçamento de 2005 há uma previsão de R\$ 300 milhões para cobrir essa despesa, o que significa que o Tesouro terá que encaminhar um crédito suplementar de R\$184 milhões para o Judiciário. Não bastasse isso, a Câmara também aprovou uma gratificação especial para as policiais militares e bombeiros do DF, que representa 17% de aumento salarial. O sindicato não é contra que esses servidores sejam bem remunerados, porém exige do Governo tratamento de igualdade, conforme prevê a Constituição Federal.